

A falência da Saúde

Levantamento da situação do atendimento médico-hospitalar em todo o País, encomendado pela Associação Médica Brasileira (AMB), mostra a que ponto de degradação chegou a saúde no País. Há muito não é novidade para ninguém que o sistema de saúde está em crise profunda. Mas esse trabalho, elaborado pela Universidade Federal de Minas Gerais em colaboração com o IBGE, tem o mérito de apontar alguns números impressionantes, além de identificar as principais causas da crise.

Os gastos do governo federal com saúde, por habitante, caíram de US\$ 80 em 1987 para apenas US\$ 21 neste ano de 1993. Ou seja, em apenas seis anos aqueles gastos diminuíram nada menos que 75%. Nunca se falou tanto, como nesse período, em “opção pelo social” e nunca se descurou tanto da saúde da população. Não é de espantar que, em termos de investimento em saúde, estejamos hoje no penúltimo lugar na América Latina. Mesmo os US\$ 80 **per capita** de 1987 ficavam muito abaixo do padrão mínimo sugerido pela Organização Mundial de Saúde para os países em desenvolvimento - US\$ 500 - e abaixo até mesmo do mínimo reconhecido pelo próprio governo brasileiro, que é de US\$ 150. São números que revelam mais uma das faces da falência do Estado brasileiro, incapaz de cumprir uma de suas funções mais elementares, enquanto continua a desperdiçar bilhões de dólares em empresas estatais ineficientes e perdulárias.

A capacidade física dos hospitais, como era previsível num quadro como esse, sofreu sensível diminuição. Curitiba lidera esse balanço negativo, tendo perdido entre 1987 e 1990 cerca de 12% dos estabelecimentos de saúde. O número de leitos caiu muito em todo o País. Hoje apenas 55% dos leitos

da rede pública estão funcionando. A situação da rede hospitalar privada - 79% do total - é igualmente grave. Como boa parte dela funciona em convênio com o Inamps, para dar atendimento aos segmentos mais desfavorecidos da população, e como esse órgão, além de pagar pouco, atrasa seus compromissos, essa parte do sistema de saúde vive também sob a ameaça constante de ter de interromper os serviços que presta.

O que acaba de acontecer com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo é exemplar. Ela foi obrigada a interromper o atendimento ambulatorial prestado a 5 mil pacientes, dia, porque o Inamps lhe deve Cr\$ 119 bilhões e só lhe pagou, com atraso, Cr\$ 30 bilhões. Ou fazia isto, ou comprometia o atendimento que presta, com recursos próprios, a 800 pacientes ali internados. Para que a Santa Casa voltasse a atender pacientes do Inamps, foi preciso que o governo do Estado, por meio do Banespa, lhe abrisse uma linha de crédito de Cr\$ 80 bilhões.

Além da drástica redução com os gastos em saúde, da fiscalização inadequada dos recursos e da baixa remuneração que o Inamps oferece aos médicos e hospitais conveniados - fonte das fraudes que tornaram esse órgão inviável -, o trabalho da AMB aponta o critério político na distribuição das verbas como outra causa da crise. A transferência de verbas federais para os municípios em 1991 e 1992 obedeceu quase sempre a pedidos de deputados e senadores. Foram “raras as exceções” em que prevaleceram os critérios técnicos.

Sem que se acabe com o escândalo da política-gem e sem que o Estado reveja suas prioridades - o que só poderá fazer depois de passar por uma profunda reforma - não há esperança para a saúde pública.